

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	36
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Empresariais ("Política de Gestão de Riscos"), que foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2021 e é aplicável a toda Companhia e suas controladas que, direta ou indiretamente, participam do processo de gestão de riscos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo orientar todos os colaboradores da Companhia quanto às ações que visam reduzir as exposições aos riscos (incertezas), com o objetivo de assegurar que a identificação, análise, avaliação e gerenciamento dos riscos sejam realizados de acordo as necessidades e melhores práticas estabelecidas pela Companhia, aumentando a probabilidade de atingimento de metas de curto, médio e longo prazo.

Além disso, a Política de Gestão de Riscos descreve: (i) a sua abrangência e aplicação, (ii) os conceitos de riscos utilizados pela Companhia, (iii) as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta; (iv) a tipologia de riscos; (v) o modelo de gestão de riscos empresariais; e (vi) os papéis e responsabilidades dos principais agentes envolvidos neste processo.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são divididos em 4 (quatro) categorias. A descrição dada para os referidos riscos abrange os fatores descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência:

a) Riscos Estratégicos: riscos associados às decisões estratégicas da alta administração da Companhia que visam atingir seus objetivos de negócios, assegurando a capacidade ou habilidade em proteger-se ou adaptar-se às mudanças do ambiente que ela esteja inserida.

b) Riscos Financeiros: riscos que possam afetar as operações financeiras da Companhia, incluindo riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

c) Riscos Regulatórios/Legais e de Biossegurança: riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que se pode sofrer como resultados de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, corrupção e fraude, dentre outros. Riscos de biossegurança estão relacionados à possibilidade de suas atividades, processos e produtos oferecerem perigo ao meio ambiente e à saúde humana e animal.

d) Riscos Operacionais: os riscos operacionais referem-se às possíveis perdas de eficiência e eficácia das operações da organização. Estão ligados a tecnologia da informação, socioambiental e de projetos.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia possui um modelo de gestão de riscos empresariais que conta com as seguintes atividades:

- Definir Contexto

Anualmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva definem as metas (de curto e médio prazo) e os objetivos estratégicos (de longo prazo). Considerando os resultados esperados, as influências dos ambientes internos e externos, além do apetite a riscos, define-se o escopo e os critérios a serem considerados na gestão integrada de riscos.

- Identificar Riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os riscos empresariais relacionados aos objetivos estratégicos da Companhia (contexto) são identificados e priorizados para assegurar que quaisquer materializações que venham a ocorrer sejam conhecidas previamente e geridas em um nível aceitável. Os riscos aos quais a Companhia está exposta podem ser identificados por meio de uma série de instrumentos, incluindo:

- **Questionários de risco:** a alta administração da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;
- **Ciclos de entrevistas:** os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- **Auditorias de processos:** os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, matrizes de riscos são criadas ou atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças/fraquezas.

- **Analisar Riscos**

A área de Auditoria Interna em conjunto com o Comitê de Auditoria, Diretoria Financeira e a Presidência, analisam as fontes de riscos, áreas afetadas, causas e consequências potenciais que podem influenciar adversamente as metas e/ou os objetivos estratégicos.

A análise de riscos visa promover o entendimento do nível de risco e de sua natureza, auxiliando na definição de prioridades e opções de tratamento aos riscos identificados. Por meio dela, é possível avaliar a probabilidade de os riscos virem a acontecer e calcular seus respectivos impactos nos processos da Companhia.

A metodologia utilizada pela Companhia contempla análises qualitativa, quantitativa e semi-quantitativa, visando à definição do impacto e da vulnerabilidade de cada risco:

- A **análise qualitativa** consiste na utilização de descrições de palavras e escalas, para mensuração das consequências de um determinado risco e da probabilidade de sua ocorrência.
- A **análise quantitativa** utiliza apenas valores numéricos para mensurar a amplitude do impacto e da frequência da ocorrência dos riscos.
- A **análise semi-quantitativa** consiste na combinação das análises qualitativa e quantitativa, que por sua vez proporciona duas vantagens: i) menor complexidade e custo operacional quando comparado com o método quantitativo; e ii) maior grau de objetividade quando comparado com o método qualitativo.

- **Avaliar Riscos**

Após a identificação e análise de cada incerteza, com base nos instrumentos mencionados acima, a avaliação dos riscos é realizada utilizando-se as melhores práticas de mercado e após a identificação e análise de cada incerteza, a Diretoria Financeira e a Presidência avaliam riscos.

- **Mitigar os Riscos**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Nesta etapa do processo, busca-se limitar a exposição ao risco, e são consideradas ações para implementar ou aprimorar procedimentos de controle que visem evitar, reduzir ou mitigar os riscos, transferir ou compartilhar tais riscos, ou, ainda, aceitá-los, de acordo com cada cenário em questão:

- **Evitar o Risco:** consiste na eliminação total do risco, decidindo-se por descontinuar a atividade que seja fonte do risco. É necessário avaliar se, evitando-se um risco, tal decisão não aumentaria a possibilidade de outro ocorrer.
- **Reduzir ou Mitigar o Risco:** consiste em implementar ou aprimorar atividades de controles, com o objetivo de reduzir o impacto e a frequência da ocorrência do risco, onde seu benefício deverá ser maior do que seu custo. (Ex: trabalhos de revisão criteriosa, *check-list* das atividades, contratação de sistemas informatizados, segregação de funções, etc).
- **Transferir ou Compartilhar o Risco:** consiste em transferir ou compartilhar com outras partes os impactos provocados pelo risco, geralmente buscando a reparação das perdas, reduzindo o risco a um nível compatível com as tolerâncias aceitáveis pela Companhia.
- **Aceitar o Risco:** consiste em aceitar o risco, atuando na implantação de práticas de gestão e controle, de caráter preventivo, ou seja, reduzindo a frequência e o impacto das ocorrências do risco (Ex: regulamentos, políticas, plano de continuidade de negócios, etc).

São considerados ainda os custos para implementação de tal plano de ação, através de um balanço entre as ações para tratamento dos riscos e seu potencial de impacto.

- Monitorar os Riscos

Para que a gestão integrada de riscos seja efetiva, os Risk Owners e Process Owners, definidos pela Presidência e Diretoria Financeira, devem acompanhar os riscos identificados e priorizados, com base nas melhores práticas de gestão integrada de riscos estabelecidas pela Companhia. Os riscos prioritários recebem monitoramento especial, uma vez considerada sua probabilidade de ocorrência e impacto.

Caso a opção seja aceitar o risco, devem ser estabelecidas métricas de monitoramento. Além disso, os planos de ação/mitigação para reduzir exposição a riscos são monitorados através de KRI's (Key Risk Indicators), com indicação de responsáveis e prazos de conclusão. O monitoramento dos riscos inclui:

- Avaliação realizada junto ao gestor, maior conhecedor do processo, que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize;
- Identificação e acompanhamento de eventuais eventos e mudanças nos cenários interno e externo (como mudanças na estrutura de governança e operacional, influências geopolíticas e sociais e negociações de contratos, entre outros);
- Avaliação da eficácia dos objetivos traçados e identificação de eventuais falhas nos planos de ação elaborados;
- Acompanhamento das estratégias de mitigação dos riscos e do atingimento dos resultados esperados, considerando o apetite a riscos e os critérios da gestão integrada de riscos;
- Verificação da continuidade do alinhamento entre a Política de Gestão de Riscos e a estratégia e os objetivos de negócios.

Tal monitoramento possui caráter cíclico e dinâmico, o que possibilita uma atuação proativa em relação a eventuais novos riscos ou qualquer alteração no potencial dos mesmos.

- Informação e Comunicação

A Companhia adota uma postura de divulgação e comunicação no âmbito interno em relação à sua gestão de riscos aos níveis de Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria, Gerências e Comitês, e tem como objetivo conscientizar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

e capacitar continuamente os empregados para a disseminação da cultura de riscos. Para tal, são utilizados os sistemas de informação e tecnologias existentes na Companhia.

A Companhia promove a cultura da gestão de riscos por meio da elaboração e divulgação de informações e comunicações sobre riscos, cultura e performance, direcionadas a todos os níveis e à Companhia como um todo, às empresas controladas e coligadas. Como ferramentas para essas ações, são padronizados os conceitos e disseminados os procedimentos relacionados à gestão integrada do riscos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que a correta estruturação do gerenciamento de riscos resulta em decisões oportunas e apropriadas que asseguram o uso eficiente dos recursos, minimizando incertezas e maximizando oportunidades. Desse modo, o modelo de estruturação da gestão de riscos é composto pelas seguintes estruturas organizacionais: (i) Diretor Presidente (CEO); (ii) Diretoria Financeira; (iii) Diretoria; (iv) Gestores das Áreas de Negócios e Funcionais; (v) área de Auditoria Interna própria; (vi) Comitê de Auditoria; (vii) Conselho de Administração; e (viii) Área de Controles Internos.

Compete a cada uma das estruturas organizacionais:

(i) Diretor Presidente (CEO)

- Responsável final pela gestão dos riscos da Companhia;
- Define diretrizes, recursos e metas que garantam o bom funcionamento da gestão de riscos;
- Promove a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento da Companhia;
- Garante a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos.

(ii) Diretoria Financeira

- Elabora o planejamento e assegura a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais;
- Avalia os riscos da Companhia por unidades de negócio e portfólio;
- Consolida e comunica o portfólio de riscos prioritários da organização;
- Desenvolve, dissemina e recomenda processos e procedimentos para a gestão dos riscos prioritários;
- Desenvolve, testa e implementa modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos;
- Avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos;
- Emite parecer sobre a viabilidade das operações relacionadas aos riscos prioritários;
- Executa as tarefas que permitirão realizar um adequado monitoramento dos riscos prioritários;
- Assegura a manutenção das normas de riscos e verifica o cumprimento dos limites estabelecidos;
- Assessora as áreas de negócios na identificação e avaliação do impacto dos diversos tipos de riscos envolvidos;
- Suporta as áreas de negócios na definição do plano de ação/contingência;
- Atua como verificador na gestão de riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

(iii) Diretoria

- A Diretoria é solidária e comprometida na gestão de riscos, através do conhecimento e compreensão dos mesmos e da implantação de um macro modelo eficiente de gestão de riscos.
- Participa na validação e priorização dos riscos;
- Acompanha as estratégias de mitigação dos riscos prioritários.

(iv) Gestores das Áreas de Negócios e Funcionais

- Identificam e gerenciam os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação;
- Implementam os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas nas áreas responsáveis pelos riscos.

(v) Área de Auditoria Interna

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Afere a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, da adequação dos controles e dos processos de governança da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva.

(vi) Comitê de Auditoria

- Acompanha as atividades da auditoria interna e da área de Controles Internos e Compliance da Companhia;
- Avalia e monitora as exposições a riscos de todas as naturezas, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;
- Avalia a adequação dos modelos de aferição dos riscos citados, bem como dos testes de aderência e validação dos modelos utilizados;
- Analisa e opina sobre as diretrizes e políticas de gestão de risco empresariais, principalmente na estimativa de impacto financeiro das perdas inesperadas em situação normal e de estresse;
- Analisa e opina sobre as informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores no que tange o perfil e controle de risco da Companhia;
- Avalia a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos.

(vii) Conselho de Administração:

- Aprova a Política de Gestão de Riscos e a revisa sempre que necessário;
- Identifica, supervisiona e acompanha os riscos aos quais a Companhia estiver exposta, sejam eles de qualquer natureza;
- Acompanha a implementação da Política de Gestão de Riscos e assegura a existência de plano de administração de crises que permita a Companhia ultrapassá-las de forma segura.

(viii) Área de Controles Internos:-

- Identifica e caracteriza quais riscos podem afetar a Companhia;
- Planeja as respostas aos riscos com intuito de reduzir as ameaças à Companhia;
- Fornece apoio às Áreas de Negócios sobre o processo de gerenciamento de riscos;
- Avalia os riscos identificados pelos gestores das Áreas de Negócios da Companhia;
- Fornece informações precisas, íntegras e suficientes sobre o processo de gerenciamento de riscos.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é baseada no COSO-ERM, que recomenda a gestão de riscos através do modelo das três linhas de defesa:

- 1ª Linha de Defesa: a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos riscos. Esta categoria é composta pelos Gestores das Áreas de Negócios e Funcionais.
- 2ª Linha de Defesa: a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Esta categoria contempla a Área de Controles Internos da Companhia, responsável pelas funções de controles internos e riscos corporativos, e cujos membros não acumulam outras atividades operacionais. A Área de Controles Internos se reporta ao Comitê de Auditoria em relação a atividades relacionadas a controles internos, compliance e gestão de riscos, bem como reporta questões meramente administrativas à Diretoria da Companhia. No exercício de suas funções, a Área de Controles Internos conta com o auxílio de outras áreas da Companhia, como a Controladoria.
- 3ª Linha de Defesa: a terceira linha de defesa refere-se à Área de Auditoria Interna, a quem compete aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, da adequação dos controles e dos processos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

de governança da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva. A Área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Política de Gerenciamento de Riscos mencionada no item 5.1 deste Formulário de Referência, aprovada em 17/6/2021 pelo Conselho de Administração, cobre também riscos de mercado, incluídos em "Riscos Financeiros" (conforme definido na referida política).

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção****Administração de risco de taxa de juros**

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela, TJLP, BNDES ou CDI e fiança indexada em USD, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia, conforme política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia periodicamente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

A Companhia adotou diversas providências para mitigar o risco de crédito, como a criação de políticas de crédito e de cobrança aprovadas pelo Conselho Administração em 03 de dezembro de 2014. Dentre os principais pontos da política de crédito e cobrança estão: processo de concessão de crédito, classificação do rating individual e alçadas de aprovação, definições de condições de recebimento, modalidades de recebimento, metodologia de cobrança, formas de negociação de títulos em atraso, critérios de reconhecimento de provisão de perda.

Administração de risco cambial

Para o gerenciamento dos riscos de variação cambial, utilizamos como parâmetro para proteção o descasamento líquido em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando nossos ativos não denominados em reais contra nossas obrigações não denominadas em reais, o que protege nosso balanço patrimonial. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos por meio de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia procura manter baixos níveis de alavancagem e financiar 100% de seus projetos por meio de dívidas em reais, visando eliminar o risco de moeda em seu balanço. Dessa forma, devido à baixa exposição a moedas estrangeiras, a Companhia não realiza hedge cambial no momento.

No que diz respeito ao risco de taxa de juros da Companhia, esse decorre substancialmente de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Tais instrumentos financeiros são subordinados, principalmente, a taxas de juros vinculadas aos indexadores TJLP e CDI.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Adicionalmente, os contratos de arrendamento, em geral, eram atualizados pela variação anual do IGP-M, sendo que, a partir de março de 2021, passaram a ser atualizados pelo IPCA, conforme estabelecido nos contratos. A Companhia monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

Como a Companhia possui uma subsidiária integral nos Estados Unidos, os aportes e reembolsos aplicáveis a essas transações podem vir a ter hedge de curto prazo contratado.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos para proteção patrimonial (hedge) e quando sua eventual utilização se faz necessária, a decisão é submetida à aprovação do Conselho de Administração, da diretoria e presidência.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia busca gerir o fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo e busca mitigar a exposição por meio de negociações de linhas de financiamentos com custos mais baixos.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não opera instrumentos financeiros para proteção patrimonial (hedge) ou objetivos diversos.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas acordadas. A área Financeira faz o acompanhamento mensal dos nossos principais números para acompanhar e corrigir possíveis desvios. Adicionalmente, a Companhia implementou o SAP em 2014/2015 (Sistema Integrado de Gestão Empresarial SAP-ERP), o que contribui para o gerenciamento, padronização e acurácia das informações. Periodicamente, o acompanhamento dos riscos e planos de ação correspondentes são submetidos ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, em níveis distintos de detalhamento.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossos riscos são monitorados de forma contínua por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar. Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados à medida que se julguem necessários. Possuímos extensa lista de normas e procedimentos operacionais e financeiros, derivados das melhores práticas de cada processo em cada área de atuação da Companhia, que são utilizadas nas atividades diárias dos colaboradores do CTC. Essas normas e procedimentos são revisados periodicamente e servem como base de parte do trabalho da auditoria interna. Em face da adoção dos procedimentos ora descritos, entendemos que nossa estrutura operacional de controles internos é adequada para verificação da efetividade de nossa política de gerenciamento de riscos.

Monitoramento Periódico

A Companhia adota um modelo de monitoramento periódico do gerenciamento de riscos, avaliando a eficácia dos objetivos traçados e identificando eventuais falhas nos planos de ação elaborados. Tal monitoramento possui caráter cíclico e dinâmico, o que possibilita uma atuação proativa em relação a eventuais novos riscos ou qualquer alteração no potencial dos mesmos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, tendo formalizado, em 2014, a criação do Comitê de Auditoria, de forma a aprimorar a estrutura de controles internos e seu grau de eficiência. Os controles internos são pautados em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como o "Internal Control – Integrated Framework" ("Controles Internos – Modelo Integrado") da Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

Os controles internos são revisados e testados anualmente. Se há identificação de fragilidade no processo, planos de ação para mitigar as fragilidades são elaborados, e, se houver necessidade, novos controles são implementados.

A Companhia realiza o trabalho de auditoria interna através de uma área própria, que se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria, e que, quando necessário, coordena a contratação de empresas especializadas

A definição de escopo para o plano anual é definida entre a administração da Companhia e o Comitê de Auditoria e, reportado ao Conselho de Administração para aprovação.

Além disso, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, que a Companhia considera suficientes dado o seu tipo de atividade e o volume de transações que realiza.

Como exemplos dos controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- Formalização do Manual de Controles Internos e Práticas Contábeis, atualizado periodicamente para conferir embasamento à preparação das demonstrações financeiras;
- Revisão anual dos controles internos e realização de testes. Se há identificação de fragilidade no processo, planos de ação para mitigar as fragilidades são elaborados, e, se houver necessidade novos controles são implementados;
- Reconciliação das contas contábeis;
- Adoção de sistemas de aprovação por alçada; e
- Segregação de funções e aprovação de pagamentos por mais de uma pessoa.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base nos relatórios apresentados pela auditoria interna, concluiu-se que, em 31 de março de 2020, a Companhia mantinha controles internos adequados e eficientes sobre os relatórios financeiros, baseado nos critérios adotados de Internal Control – Integrated Framework emitido pelo COSO.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional envolvida na elaboração das demonstrações financeiras contempla:

- **Área de Contabilidade:** Responsável por elaborar as demonstrações financeiras;
- **Área de Controladoria e Diretoria Financeira:** Responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **Comitê de Auditoria:** Responsáveis por avaliar as demonstrações financeiras e encaminhar recomendação para o Conselho de Administração.
- **Conselho de Administração:** Responsáveis por aprovar as demonstrações financeiras.

As estruturas envolvidas na elaboração das demonstrações financeiras, descritas acima, estão plenamente operacionais desde agosto de 2014. O Comitê de Auditoria, que já estava operacional desde 2015, foi reestruturado e teve a sua composição alterada para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes. O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, a Área de Auditoria Interna, a Área de Controles Internos, os auditores independentes e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Controles Internos; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; e (v) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, foram efetuados com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Referido estudo, considera as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis e não necessariamente permite identificar todas as deficiências dos controles internos da Companhia.

Com base na carta sobre comunicação de deficiências nos controles internos de 2019/20 emitida pela Auditoria Externa, não é de conhecimento da Diretoria da Companhia quaisquer deficiências significativas nos controles internos que considere como grau de risco relevante a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras, em todos os seus aspectos relevantes.

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2020, emitiram comunicação de deficiências de controles internos e não identificaram deficiências significativas. Em relação ao ITR de 31 de dezembro de 2020, os auditores não emitem comunicação de deficiências de controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os auditores internos identificaram uma inconsistência no "Controle sistêmico de faturamento de royalties", não sendo considerada uma deficiência significativa, visto que possui controles mitigatórios. O processo começa pelo recebimento das informações de área (censo em abril de cada ano) pelo cliente, conferência pela área comercial (administração de vendas), corroboração se houver divergência, retorno da informação junto ao cliente e após a efetivação e garantia da certeza da área reportada a mesma é imputada no sistema Sales Force que fará interface Manual (planilha e up load) e SAP e após isso a área de Faturamento irá conferir as informações do SAP junto com as informações do Sales Force e enviará as notas de debito ao cliente.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

É parte inerente às atividades dos Diretores da Companhia acompanhar e monitorar as eventuais deficiências e recomendações apontadas na carta de recomendação de melhoria dos controles internos emitida pelos auditores independentes identificadas na execução dos procedimentos de auditoria. A Administração da Companhia tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado emitido pelos auditores externos sobre os controles internos da Companhia durante o processo de auditoria relacionados ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Embora não tenham sido identificadas deficiências significativas, as oportunidades de melhoria reportadas estão sendo endereçadas e a Administração da Companhia continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as oportunidades de melhorias reportadas no relatório circunstanciado emitido pelos auditores externos não têm impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta revisado e aprovado em 17/06/2021 pelo Conselho de Administração e disponível no <http://ri.ctc.com.br/>

O Código de Ética e Conduta define os valores e princípios básicos da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) saúde, segurança do trabalho e meio ambiente; (ii) respeito aos direitos humanos e promoção de um ambiente de trabalho inclusivo e diverso; (iii) competição leal e íntegra e transições éticas e lícitas; (iv) brindes, presentes e hospitalidades; (v) conflitos de interesses; (vi) relacionamento com fornecedor; e (vii) uso e proteção dos recursos e informações.

Na Reunião do Conselho de Administração de 17/06/2021 foi aprovado, ainda, as políticas de Anticorrupção, Transações com Partes Relacionadas e Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades.

Dentre os mecanismos que compõem o Programa de Compliance da Companhia, pode-se destacar : (i) a divulgação das políticas, Código de Ética e canal de denúncias; (ii) condução de investigações para apurar os relatos recebidos por seus canais de denúncias ou solicitações internas da administração; (iii) adoção de cláusulas junto a terceiros para garantir o cumprimento às leis anticorrupção e de proteção de dados e políticas internas relacionadas, e (iv) treinamentos periódicos.

a

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Área de Compliance/Diretoria Jurídica é responsável por garantir a aplicação e monitorar a efetividade do Código de Ética e Conduta e políticas relacionadas, bem como sugerir o seu aperfeiçoamento e a sua atualização, sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração.

Além disso, as atribuições da Área de Compliance/Diretoria Jurídica, coordenador e integrante fixo do Comitê de Ética da Companhia, incluem, entre outras:

- Conduzir e documentar investigações internas de violações às normas de integridade e recomendar a contratação de investigação independente, quando necessário;
- Reportar periodicamente os resultados das investigações ao Comitê de Auditoria;
- Esclarecer dúvidas dos colaboradores da Companhia relacionadas ao programa de compliance; e
- Treinar os colaboradores da Companhia de forma periódica sobre o conteúdo do Código de Ética e Conduta e demais políticas e procedimentos da Companhia.

O Comitê de Auditoria recebe os reportes periódicos acerca das denúncias realizadas nos canais de ética e do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além do Código de Ética e Conduta e demais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

políticas e procedimentos, cabendo a ele fazer recomendações bem como indicar um membro para participar do Comitê de Ética quando necessário.

Por sua vez, o Conselho de Administração é responsável por avaliar e aprovar o Código de Ética e Conduta e todas as demais políticas do programa de compliance da Companhia, bem como avaliar a sua efetividade.

A Área de Compliance/Diretoria Jurídica possui autonomia para acionar a alta administração da Companhia quando necessário.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui o Código de Ética e Conduta, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17/6/2021

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica a todos os colaboradores, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo diretores, conselheiros de administração, conselheiros fiscais e empregados da Companhia, além de terceiros, tais como, prestadores de serviço, fornecedores, consultores e quem quer que exerça atividades em nome ou em benefício da Companhia.

O Código de Ética e Conduta da Companhia também norteia o seu relacionamento com os seus clientes, fornecedores, parceiros e negócios, acionistas, associações e entidades de classe, consultores e concorrentes, assim como com a imprensa e com órgãos governamentais, estabelecendo diretrizes claras para que sempre haja uma interação transparente, coerente e idônea entre os mesmos e a Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

No momento da contratação, todos os colaboradores da Companhia são submetidos a integração e treinamento sobre o Código de Ética e Conduta. Esses treinamentos visam informar os colaboradores e gestores acerca dos princípios e práticas éticas adotados pela Companhia, ajudá-los a integrar esses princípios nas suas práticas profissionais no dia a dia e permitir que adquiram os conhecimentos necessários para lidar com os casos que envolvam um dilema ético.

Além dos treinamentos no momento de admissão, a Companhia conduz treinamentos adicionais, no mínimo anualmente, para fins de atualização e reforço dos conceitos previstos no Código de Ética e Conduta, bem como para endereçar eventuais alterações na legislação anticorrupção brasileira.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Quaisquer violações ao Código de Ética e Conduta, às demais políticas, procedimentos e orientações da Companhia ou à legislação vigente sujeitarão os infratores a consequências, que incluem advertência verbal ou formal, suspensão ou demissão. As medidas disciplinares serão aplicadas considerando o tipo de violação, sua gravidade e a legislação aplicável. Caso as violações praticadas configurem crime, as autoridades competentes serão comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas. As sanções constam do Código de Ética e Conduta e procedimentos da área de Recursos Humanos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 17/6/2021. Atualmente, o Código de Ética e Conduta pode ser consultado no site: <https://ri.ctc.com.br> e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

Código de campo alterado

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia disponibiliza ao público um canal de denúncias, chamado "Canal de Ética" gerido pela IAUDIT – Assessoria Empresarial Ltda., uma empresa terceirizada que garante o sigilo dos relatos. Por meio deste canal é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas a possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética e Conduta ou os [valores da Companhia](#).

Formatado: Sem sublinhado, Cor da fonte: Automática

A Companhia entende que a terceirização do serviço demonstra o seu comprometimento e preocupação em manter um ambiente seguro e independente para a apuração de denúncias, tanto internas quanto externas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal de Ética da Companhia está disponível tanto para denúncias de seus colaboradores, quanto para denúncias de terceiros, e é acessível 24h por dia pela internet ou por telefone. O canal pode ser acessado, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Telefone: 0800 771 8199, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 20:00h
- Caixa Postal: 0800 771 8199, de segunda a sexta-feira, após horário acima, finais de semana e feriados.
- E-mail: canaldeetica.ctc@iaudit.com.br
- Hot site: <https://denuncia.iaudit.com.br/sistema/ctc>
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

Os denunciantes podem optar por se identificar ou não ao apresentar a denúncia, assegurando-se anonimato aos que assim desejarem. As denúncias não implicarão em retaliação ou represália aos denunciantes de boa-fé, nem em bonificação ou reconhecimento dos mesmos pela declaração de tais situações. Ressaltamos, ainda, que o anonimato do denunciante, assim como eventuais pessoas envolvidas, será preservado pela Companhia e que as investigações são conduzidas de forma confidencial.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são preliminarmente apuradas pela IAUDIT – Assessoria Empresarial Ltda., empresa responsável por gerenciar e garantir o adequado funcionamento do canal de denúncias. Quando pertinentes, a empresa terceirizada as direciona para a área de Controles Internos e Compliance, que é responsável por conduzir e documentar investigações internas de violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente.

Após as apurações necessárias pelo Comitê de Ética a (composto preliminarmente por membros da área de Recursos Humanos e pela área de Compliance/Diretoria jurídica) reporta os resultados ao Comitê de Auditoria .

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou fusões, aquisições ou reestruturações societárias até o momento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta e na Política de Gestão de Riscos adotada.

Adicionalmente, coloca-se que a Política de Gestão de Riscos é revista anualmente com o intuito de aperfeiçoar e reforçar itens específicos, como detalhar a governança de comunicação já em curso na Companhia, mas, como apontado anteriormente, sem alterações no gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes com relação a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras (contábeis) individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e registradas na CVM, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Conforme descrito neste item 10.1 e nos itens 4.1, 7.1, 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 poderá afetar de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossas receitas e fluxos de caixa operacionais não estão sendo impactados materialmente pela COVID-19, no entanto a Companhia mantém uma revisão periódica para apuração de eventuais impactos, o que pode causar a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável principalmente para recebíveis. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia de coronavírus (COVID-19) nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, bem como as medidas tomadas pela Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os resultados apresentados pela Companhia acompanham o calendário safra, já que é o calendário seguido pelo setor sucroenergético. Assim, o exercício fiscal compreende o período entre 1º de abril a 31 de março de cada ano. A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo. Acreditamos que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$ 367,5 milhões, aumento de 24% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, principalmente em função do recebimento de royalties decorrentes do aumento de seu market share de plantio, composto principalmente por

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 213,2 milhões em caixa e equivalentes de caixa da Companhia. O passivo circulante, em 31 de março de 2021, totalizava R\$ 112,2 milhões, aumento de 8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 3,3. Adicionalmente, o endividamento de curto prazo, que corresponde às 12 próximas parcelas do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”), estava em 57%.

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$295.498 mil, aumento de 4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019, em razão do recebimento de royalties decorrentes do aumento de seu market share de plantio, composto principalmente por R\$265.961 mil em caixa e equivalentes de caixa da Companhia. O passivo circulante, em 31 de março de 2020, totalizava R\$103.495 mil aumento de 16% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019 em razão das novas obrigações com contratos de arrendamento de terras em polos regionais de pesquisa. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 2,9x. Adicionalmente, o endividamento de curto prazo, que corresponde às 12 próximas parcelas de cada contrato de financiamento celebrado pela Companhia (FINEP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)), estava em 43%.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$284.278 mil, aumento de 44% em comparação ao exercício encerrado em 31 de março de 2018, em razão principalmente do recebimento de aporte de capital de acionista, sendo R\$151.631 mil em caixa e equivalentes de caixa da Companhia. O passivo circulante, em 31 de março de 2019, totalizava R\$89.236 mil aumento de 4% em comparação ao exercício encerrado em 31 de março de 2018 em razão do reconhecimento de dividendos a pagar condicionados ao resultado do exercício. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 3,2x. Adicionalmente, o endividamento de curto prazo, que corresponde às 12 próximas parcelas de cada contrato de financiamento celebrado pela Companhia (FINEP e BNDES), estava em 30%.

(Em milhares de reais)	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Total do Ativo Circulante	367.573	295.498	284.278
Caixa e equivalentes de caixa	213.284	265.961	151.631
Total do Passivo Circulante	112.219	103.495	89.236
Liquidez corrente ⁽¹⁾	3,3	2,9	3,2
Liquidez Geral ⁽²⁾	2,8	2,1	2,0

(Em milhares de reais)	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Empréstimos e financiamentos passivo circulante	29.400	50.063	46.158
Empréstimos e financiamentos passivo não circulante	22.029	66.642	107.617
Endividamento total	51.429	116.705	153.775
% Dívida Curto Prazo / Total da Dívida ⁽³⁾	57%	43%	30%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

⁽²⁾ O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante e não circulante pelo o passivo circulante e não circulante.

⁽³⁾ Percentual de dívida de curto prazo, corresponde ao quociente da divisão dos empréstimos e financiamentos circulante pelo o endividamento total.

(b) Estrutura de capital

A Administração entende que a atual estrutura de capital do CTC apresenta alavancagem suficiente para financiar seus projetos e seu crescimento. A Administração informa que os empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes) em 31 de março de 2021 totalizavam R\$ 51.429 mil, em 31 de março de 2020 totalizavam R\$ 116.705 mil, em 31 de março de 2019 totalizavam R\$ 153.775 mil.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2021 era de R\$ 688.999 mil, em 31 de março de 2020 era R\$ 595.942 mil, o que representa crescimento de 2,8% em relação ao patrimônio líquido de R\$ 579.621 mil em 31 de março de 2019.

A movimentação do patrimônio líquido no exercício de 31 de março de 2020 foi decorrente do lucro líquido no montante de R\$ 19.391 mil, sendo destinado R\$ 970 mil para reserva legal, R\$ 13.816 mil para reserva estatutária e R\$ 4.605 mil para pagamento de dividendos.

Na visão da Administração, em 31 de março de 2021, a Companhia possuía uma estrutura de capital adequada entre capital próprio e capital de terceiros, condizente com suas atividades e plano estratégico, conforme tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	160.693	195.728	198.954
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	688.999	595.942	579.621
Capital Total	849.692	791.670	778.575
% de Capital de Terceiros	19%	25%	26%
% de Capital Próprio	81%	75%	74%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nível de endividamento do CTC composto por contrato de financiamento celebrado com a FINEP, a Administração entende que a Companhia tem linha de produto geradora de caixa, liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos períodos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando as incertezas oriundas dos impactos da pandemia do COVID-19 na economia brasileira, suas operações e fluxos de caixa futuros. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições da Companhia, a Administração acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

O endividamento da Companhia é composto pelas linhas do passivo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, sendo:

- Liquidez Geral: (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Liquidez Corrente:** a razão entre ativo circulante (direitos a curto prazo) e passivo circulante (dívidas a curto prazo).

Em 31 de março de 2021, os índices de liquidez geral e corrente foram de 2,8 e 3,3, respectivamente. Os maiores impactos para o aumento do índice de liquidez corrente da Companhia, quando se compara a posição de 31 de março de 2021 com a posição no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, são a diminuição relacionada a salários, férias e encargos e empréstimos de curto prazo mediante a amortização do principal e baixa da subvenção. Para a liquidez geral, o aumento do índice de 31 de março de 2021 para final do exercício de 2020 deu-se principalmente pela redução do endividamento total.

Em 31 de março de 2020, os índices de liquidez geral e corrente foram de 2,1 e 2,9, respectivamente. O maior impacto para uma diminuição do índice de liquidez corrente da Companhia quando se compara a posição ao final de 2020 com a posição no encerramento do exercício social de 2019, é referente ao aumento relacionado a salários, férias e encargos, arrendamentos e empréstimos de curto prazo. Para a liquidez geral, o aumento do índice do exercício social de 2020 para o de 2019 deu-se principalmente pela redução do endividamento total.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Administração destaca que as fontes de financiamento da Companhia foram destinadas, atualmente, exclusivamente aos projetos e investimentos em laboratórios e equipamentos para os mesmos. Nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 foram mantidos os financiamentos anteriormente contratados por meio de linhas de crédito subsidiadas por agências de fomento à inovação e desenvolvimento, como FINEP e BNDES. Por outro lado, são mantidas linhas de crédito aprovadas em bancos de primeira linha, as quais ainda não foram utilizadas.

A linha do BNDES que foi totalmente amortizada na safra 20/21 era pré-fixada em 4% a.a. e a Companhia, com período de amortização já iniciado de 10 (dez) anos. Essa linha de crédito financiou até 90% do CAPEX de origem nacional e 40% dos equipamentos importados.

A linha da FINEP contratada é pré-fixada em 4% a.a. e a Companhia possui até 10 (dez) anos para pagamento. Essa linha de crédito pode financiar até 90% dos desembolsos totais dos projetos.

A Administração acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração entende que os recursos atuais são suficientes para o cumprimento de suas obrigações. O capital de giro tem sido financiado integralmente pela geração de caixa e pelo recente aumento de capital, já explicado no item d. Além disso, a Companhia possui acesso a linhas de crédito em bancos de primeira linha para eventuais necessidades de caixa, sendo que, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende usá-las.

Informações detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas, com discriminação de valores, taxas e prazos de vencimento, são apresentadas na alínea f do item 10.1 deste Formulário de Referência.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, o capital de terceiros (Passivo circulante mais Passivo não circulante) da Companhia foi de R\$ 160.693 mil, R\$ 195.728 mil e R\$ 198.954 mil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

respectivamente. No que se refere à linha de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia, considerando os mesmos períodos, os valores foram de R\$ 51.429 mil, R\$116.705 mil e R\$ 153.775 mil.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, os saldos de empréstimos e financiamentos representavam captações junto a FINEP e BNDES para desenvolvimento tecnológico.

O Contrato de Financiamento com a FINEP foi celebrado em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 227.584 mil, com vencimentos ocorrendo entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022.

Com o BNDES, foi celebrado Contrato de Financiamento em 28 de agosto de 2013, no valor de R\$ 71.100 mil e vencimentos entre 15 de outubro de 2016 e 15 de setembro de 2023. O pagamento do principal do empréstimo da FINEP teve início em dezembro de 2015 e o pagamento do empréstimo do BNDES, em outubro de 2016. A Companhia antecipou o pagamento deste contrato de financiamento, tendo sido integralmente quitado em fevereiro de 2021.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia têm as seguintes características, conforme demonstrações financeiras de 31 de março de 2021, 2020 e 2019.

(Em R\$ mil)		Vencimento			Saldo devedor			
Modalidade	Moeda	Encargos	de	até	Garantias	Em		
						31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Finame	R\$	2,5% a.a.	2013	2021	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	28	75	175
FINEP	R\$	4% a.a.	2013	2022	Fiança bancária	51.401	80.773	110.145
BNDES	R\$	4% a.a.	2013	2022	Fiança bancária	0	26.879	34.477
BNDES	R\$	TJLP	2013	2023	Fiança bancária	-	8.978	8.978
TOTAL						51.429	116.705	153.775
Circulante						29.400	50.063	46.158
Não circulante						22.029	66.642	107.617

Contratos de empréstimos e financiamento relevantes nos três últimos exercícios sociais:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Contrato de Financiamento com o BNDES, celebrado em 28 de agosto de 2013, no valor de R\$ R\$ 71,1 milhões e com vencimentos entre 15 de outubro de 2016 e 15 de setembro de 2023. A Companhia antecipou o pagamento deste contrato de financiamento, tendo sido integralmente quitado em fevereiro de 2021. Os recursos foram destinados para aquisição de maquinários, equipamentos e instalações para o projeto de Etanol Celulósico. Os desembolsos do BNDES foram efetuados em “tranches” e de acordo com a comprovação de gastos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Este contrato tinha como garantia (i) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, os quais foram adquiridos com os recursos tomados; e (ii) fiança bancária e contragarantia de recebíveis (títulos do contas a receber (faturamento de área de clientes)).

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

O Contrato de Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, foi celebrado em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 227,6 milhões e com vencimentos entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022. Os recursos foram destinados para aquisição de maquinários, equipamentos, obras civis, pagamento de equipe, consultorias, despesas de viagem e serviços de terceiros, com a finalidade de avançar nos projetos de Biotecnologia, Sementes Artificiais, Melhoramento Genético convencional, Biomassa e Etanol Celulósico (no projeto de Etanol Celulósico, referem-se a despesas de operação não previstas no contrato do BNDES descrito acima). Os desembolsos da FINEP foram efetuados em “tranches” e de acordo com o cronograma de desembolsos da Companhia.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido no caso das hipóteses usuais de operações da FINEP no mercado, ou no caso de existência de pessoas que exerçam função remunerada na empresa que venham a ser diplomadas como Deputado Federal ou Senador.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que, durante os três últimos exercícios sociais, não existiu grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída, conforme previsto na legislação em vigor. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contém com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía qualquer contrato de financiamento com cláusulas restritivas (*covenants* financeiros).

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

As fianças bancárias que garantem alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esse tipo de operação.

Além disso, a Companhia não possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de índices financeiros, operacionais e performance financeira e, portanto, não há exigibilidade de cumprimento de *covenants*.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os Diretores da Companhia informam que foram utilizados, nos últimos três exercícios sociais, recursos provenientes das linhas de crédito para pesquisa e desenvolvimento financiados pela FINEP e pelo BNDES. Os recursos foram liberados conforme cronograma físico-financeiro de cada projeto ou conforme comprovação de gastos, não havendo saldo remanescente a ser liberado. Todos os financiamentos já contratados foram utilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	31/03/2021	AV	31/03/2020	AV	AH
Receita líquida	337.953	100%	244.801	100%	38%
Custos de pesquisa e serviços prestados	-114.394	-34%	-104.238	-43%	10%
Lucro bruto	223.559	66%	140.563	57%	59%
Despesas administrativas e com vendas	-80.984	-24%	-71.905	-29%	13%
Outras receitas (despesas) operacionais	7.616	2%	-49.267	-20%	-115%
Despesas operacionais	-73.368	-22%	-121.172	-49%	-39%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	150.191	44%	19.391	8%	675%
Resultado financeiro, líquido	4.513	1%	8.331	3%	-46%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	154.704	46%	27.722	11%	458%
Imposto de renda e contribuição social	-46.309	-14%	-8.331	-3%	456%
Lucro líquido do período	108.395	32%	19.391	8%	459%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 337,9 milhões comparativamente a R\$ 244,8 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 93,1 milhões ou 38%, sendo a receita líquida do período formada pelo *royalty* de licenciamento de tecnologia. Este crescimento resulta fundamentalmente do aumento da área faturada, refletindo também o aumento de *market share*, e adicionalmente um maior plantio de variedades de maior preço (advindo da série premium ou serie 9000, variedades denominadas CTC 9001 a CTC 9007). A área faturada e o preço médio aumentaram de aproximadamente 1,44 milhão de hectares no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 para 1,73 milhão de hectares no exercício social encerrado em 31 de março de 2021. O *market share* de plantio no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 atingiu 36% em variedades CTC, e 39,5% no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, de acordo com informações da Companhia.

A Receita da Companhia para o ano é calculada com base no número de hectares de variedades CTC plantadas nos clientes multiplicada pelo preço estabelecido em contrato. Esse valor é reconhecido em base mensal e eventuais ajustes advindos de verificação de divergência entre a área considerada para fins de faturamento e a área identificada no campo, através dos procedimentos de aplicação, é registrado com efeitos prospectivos, dentro da safra. Ainda, a receita de *royalties* – terceiros aumentou de R\$ 86,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 122,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, enquanto a receita de *royalties* – partes relacionadas aumentou de R\$ 176,2 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 236 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

Custo de pesquisa e Serviços Prestados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo de pesquisa e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 114,3 milhões comparativamente a R\$ 104,2 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 10,1 milhões, ou 10%. Este aumento é atribuído substancialmente ao custo de materiais aplicados em pesquisa e ao plano de incentivo de longo prazo baseado em opção de compra de ações aos administradores e funcionários da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

Lucro bruto

Como resultado do disposto acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 223,5 milhões comparativamente a R\$ 140,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 82,9 milhões ou 59%.

Despesas administrativas e com vendas

As despesas administrativas e com vendas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foram de R\$ 80,9 milhões comparativamente a R\$ 71,9 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 9 milhões ou 13%. O item despesas administrativas e com vendas representou 24% e 29% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao reconhecimento de despesa com outorgas referentes ao Plano de Incentivo de Longo Prazo associado à realização de eventual oferta pública inicial de ações da Companhia no valor de R\$ 13,3 milhões, a qual foi protocolada perante a CVM em outubro de 2020 e, posteriormente, cancelada em abril de 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foram uma receita de R\$ 7,6 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 49,2 milhões no mesmo período de 2020. Este aumento é atribuído substancialmente a reversão da Subvenção da linha de crédito FINEP para projetos voltados para tecnologias aplicadas ao setor sucroenergético, no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, no valor de R\$9,0 milhões, o qual é classificado como outras receitas operacionais pelo fato de ser proveniente do cumprimento de obrigações contratuais e em função da satisfação das condições contratuais.

Despesas operacionais

Como resultado do disposto acima, as despesas operacionais no exercício social encerrado 31 de março de 2021 foram de R\$73,3 milhões comparativamente a R\$121,1 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$47,8 milhões ou 39%. Esta redução é atribuída substancialmente ao *impairment* da planta de demonstração de Etanol Celulósico em R\$ 36,2 milhões, projeto que foi descontinuado pela Companhia em 31 de março de 2020, devido a mudança de foco de seu planejamento estratégico.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 4,5 milhões comparativamente a R\$ 8,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 3,8 milhões ou 46%. Resultado financeiro, líquido representou 1% e 3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a diminuição da taxa Selic do período e do baixo rendimento dos investimentos em renda fixa do período. A Companhia tem por política financeira não ter aplicações financeiras em renda variável.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do disposto acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 154,7 milhões comparativamente a R\$ 27,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 126,9 milhões ou 458%.

Imposto de renda e contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 46,3 milhões comparativamente a R\$ 8,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$37,9 milhões ou 456%. O imposto de renda e contribuição social representou 14% e 3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro tributável do período que variou de R\$ 27,7 milhões para R\$ 154,7 milhões, impactado pelo aumento do resultado operacional.

Lucro líquido do período

Como resultado do disposto acima, o lucro no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 108,3 milhões comparativamente a R\$ 19,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 89 milhões ou 459%.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	2020	AV	2019	AV	AH
Receita líquida	244.801	100%	186.731	100%	31%
Custo de pesquisa e serviços prestados	(104.238)	-43%	(106.080)	-57%	-2%
Lucro bruto	140.563	57%	80.651	43%	74%
Despesas administrativas e com vendas	(71.905)	-29%	(57.141)	-31%	26%
Outras receitas (despesas) operacionais	(49.267)	-20%	(530)	0%	9196%
Despesas operacionais	(121.172)	49%	(57.671)	-31%	110%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	19.391	8%	22.980	12%	-16%
Financeiras líquidas	8.331	-3%	8.447	5%	-1%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.722	11%	31.427	17%	-12%
Imposto de renda e contribuição social	(8.331)	-3%	(7.830)	-4%	6%
Lucro líquido do exercício	19.391	8%	23.597	13%	-18%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 244,8 milhões comparativamente a R\$ 186,7 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 58,0 milhões ou 31%. Esta receita é caracterizada pelos *royalties* cobrados pelo licenciamento de variedades de cana-de-açúcar do portfólio da Companhia. Este aumento é atribuído substancialmente ao *market share* de plantio de suas variedades que passou de 30% no exercício social encerrado em 31 de março de 2019 para 35% no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, passando de 1,42 milhões de hectares faturáveis para 1,71 milhões de hectares faturáveis. Este aumento também foi impactado pela correção dos preços das variedades pelo IGP-M do período, bem como uma melhora no mix de produtos (variedades que cada cliente possui plantado na safra

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atual) adotados pelos clientes, ou seja, a inclusão de variedades premium ou série 9000 (CTC 9001 a 9005). Com isso, o preço médio passou de R\$ 153,41 para R\$ 183,5, de acordo com informações da Companhia.

Ainda, a receita de *royalties* – terceiros aumentou de R\$ 59,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019 para R\$ 86,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, enquanto a receita de *royalties* – de partes relacionadas aumentou de R\$ 140,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019 para R\$ 176,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

Custo de pesquisa e serviços prestados

O custo de pesquisa e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 104,2 milhões comparativamente a R\$ 106,1 milhões negativos no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$1,9 milhões ou 2%. Esta redução é atribuída substancialmente a mudança de estratégia no processo de aprovação comercial do açúcar em nível mundial. A CTNBio, em março de 2018, reconheceu o enquadramento do produto “açúcar” derivado da cana geneticamente modificada como substância pura quimicamente definida e, portanto, não é tratado como derivado de OGM (Extrato de Parecer CTNBio 5837/2018). O CTC vem apoiando as ações de esclarecimento a respeito dessa classificação que vem sendo promovidos pela UNICA – União das Indústrias da Cana-de-Açúcar. Com o enquadramento do açúcar como substância pura, a Companhia passou a direcionar seus esforços no esclarecimento desta questão com os exportadores e não mais focar em uma desregulamentação em âmbito internacional.

Lucro bruto

Como resultado do disposto acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 140,6 milhões comparativamente a R\$ 80,7 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 59,9 milhões ou 74%.

Despesas administrativas e com vendas

As despesas administrativas e com vendas no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foram de R\$ 71,9 milhões comparativamente a R\$ 57,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 14,8 milhões ou 26%. As despesas gerais e administrativas representaram 29,4% e 30,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento de despesas é atribuído substancialmente a mudanças organizacionais da Companhia, principalmente na adequação das áreas Comercial, Planejamento Estratégico, Recursos Humanos e Financeira para atendimento das demandas de crescimento, por meio da contratação de funcionários.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foram uma despesa de R\$ 49,3 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 0,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 48,7 milhões ou 9196%. Esse aumento é atribuído substancialmente ao *impairment* da planta de demonstração de Etanol Celulósico em R\$ 36,2 milhões, projeto que foi descontinuado pela Companhia devido a mudança de foco de seu planejamento estratégico que ficou voltado para o desenvolvimento e lançamento de variedades convencionais e geneticamente modificadas que tragam maior benefício ao setor, além de um incremento de R\$ 10,1 milhões no saldo de provisão para perdas de créditos esperada passando de R\$ 3,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019 para R\$ 13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, aumento este decorrente de clientes que entraram em recuperação judicial no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Despesas operacionais***

Como resultado do disposto acima, as despesas operacionais no exercício social encerrados em 31 de março de 2020 foi de R\$ 121,2 milhões comparativamente a R\$ 57,7 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 63,5 milhões ou 110%.

Financeiras líquidas

Financeiras líquidas no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 8,3 milhões comparativamente a R\$ 8,4 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 0,1 milhão ou 1%. Resultado financeiro, líquido representou 3,4% e 4,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a taxa Selic que reduziu de 6,35 no exercício social encerrado em 31 de março de 2019 para 5,42 no exercício social encerrado em 2020, com um caixa médio passando de R\$ 197,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019 para R\$ 284,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado do disposto acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 27,7 milhões comparativamente a R\$ 31,4 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 3,7 milhões ou 12%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 8,3 milhões comparativamente a R\$ 7,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 0,5 milhão ou 6%, representando, respectivamente, 4% e 6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019.

A variação se deu em virtude da absorção do prejuízo fiscal de outros períodos, por meio de sua compensação, o que impactou positivamente a apuração dos tributos devidos no exercício social encerrado em 31 de março de 2019 e parcialmente no exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do disposto acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 19,4 milhões comparativamente a R\$ 23,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 4,2 milhões ou 18%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R\$ milhares, exceto %)	31/03/2021	AV	31/03/2020	AV	31/03/2019	AV	2021 x 2020	2020x 2019
Circulante	367.573	43%	295.498	37%	284.278	37%	24%	4%
Caixa e equivalentes de caixa	213.284	25%	265.971	34%	151.631	19%	-20%	75%
Contas a receber	17.805	2%	22.185	3%	27.859	4%	-20%	-20%
Aplicações Financeiras	120.740	14%	-	0%	99.400	13%	100%	100%
Estoques	3.936	0%	2.381	0%	350	0%	65%	580%
Impostos a recuperar	101	0%	127	0%	140	0%	-20%	-9%
Ativo biológico	707	0%	671	0%	671	0%	5%	0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo fiscal corrente	7.331	1%	3.700	0%	3.963	1%	98%	-7%
Outras contas a receber	3.669	0%	463	0%	264	0%	692%	75%
Não Circulante	482.119	57%	496.172	63%	494.297	63%	-3%	0%
Aplicações financeiras	10.286	1%	38.898	5%	46.133	6%	-74%	-16%
Contas a receber	14.313	2%	10.167	1%	19.325	2%	41%	-47%
Outras contas a receber	13.111	2%	10.853	1%	10.912	1%	21%	-1%
Impostos a recuperar	533	0%	913	0%	3.735	0%	-42%	-76%
Ativo fiscal diferido	35.732	4%	54.146	7%	41.648	5%	-34%	30%
Investimentos	0	0%	-	0%	-	0%	0%	0%
Imobilizado	72.998	9%	75.320	10%	123.316	16%	-3%	-39%
Direito de uso	29.689	3%	27.550	3%	-	0%	8%	100%
Intangível	305.457	36%	278.325	35%	249.228	32%	10%	12%
Total do Ativo	849.692	100%	791.670	100%	778.575	100%	7%	2%

PASSIVO (em R\$ milhares, exceto %)	31/03/2021	AV	31/03/2020	AV	31/03/2019	AV	2021 x 2020	2020x 2019
Circulante	112.219	13%	103.495	13%	89.236	11%	8%	16%
Fornecedores	18.045	2%	11.497	1%	9.127	1%	57%	26%
Obrigações com arrendamentos	6.702	1%	4.301	1%	-	0%	56%	100%
Empréstimos e financiamentos	29.400	3%	50.063	6%	46.158	6%	-41%	8%
Impostos e contribuições a recolher	3.029	0%	2.895	0%	2.443	0%	5%	19%
Salários, férias e encargos	25.587	3%	23.328	3%	20.455	3%	10%	14%
Receitas auferir	0	0%	-	0%	2.930	0%	0%	-100%
Dividendos a pagar	26.621	3%	5.712	1%	5.431	1%	366%	5%
Outras contas a pagar	2.835	0%	5.699	1%	2.692	0%	-50%	112%
Passivo não circulante	48.474	6%	92.232	12%	109.718	14%	-47%	-16%
Fornecedores	0	0%	-	0%	120	0%	0%	-100%
Obrigações com arrendamentos	25.640	3%	23.799	3%	-	0%	8%	100%
Empréstimos e financiamentos	22.029	3%	66.642	8%	107.617	14%	-67%	-38%
Provisão para processos judiciais	805	0%	1.791	0%	1.981	0%	-55%	-10%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido	688.999	81%	595.943	73%	579.621	71%	16%	3%
Capital social	562.203	66%	562.203	71%	562.202	72%	0%	0%
Reserva de capital	9.835	1%	-	0%	-	0%	100%	0%
Reserva legal	7.533	1%	2.113	0%	1.143	0%	257%	85%
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	107.339	13%	30.108	4%	16.292	2%	257%	85%
Lucros acumulados	0	0%	-	0%	-	0%	0%	0%
Ajustes acumulados de conversão	2.089	0%	1.519	0%	-16	0%	38%	-9594%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	849.692	100%	791.670	100%	778.575	100%	7%	2%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE MARÇO DE 2020**Ativo circulante**

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante era de R\$ 367,6 milhões, em comparação com R\$ 295,5 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 43% em 31 de março de 2021 e 37% em 31 de março de 2020. Este aumento de R\$ 72 milhões ou 24% é decorrente do aumento de faturamento e recebimento de *royalties*.

Contas a receber

Em 31 de março de 2021, as contas a receber no ativo circulante eram de R\$ 17,8 milhões, em comparação com R\$22,2 milhões em 31 de março de 2020, o que representa uma redução de R\$ 4,4 milhões ou 20%. Esta redução é decorrente do recebimento referente a renegociações de dívidas.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 482,1 milhões, em comparação com R\$496,2 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 57% em 31 de março de 2021 e 63% em 31 de março de 2020. Esta redução de R\$14 milhões ou 3%, decorreu da utilização de saldo do ativo fiscal diferido na apuração do imposto de renda.

Contas a receber

Em 31 de março de 2021, as contas a receber no ativo não circulante eram de R\$ 14,3 milhões, em comparação com R\$10,2 milhões em 31 de março de 2020, o que representa um aumento de R\$4,2 milhões ou 41%. Este aumento é decorrente de renegociações efetuadas no ano safra de 20/21. O contas a receber não circulante reflete o saldo dos acordos efetuados pela Companhia.

Imobilizado

Em 31 de março de 2021, o saldo do ativo imobilizado era de R\$73 milhões, em comparação com R\$75,3 milhões em 31 de março de 2020, o que representa uma redução de R\$ 2,3 milhão ou 3%. Esta redução é decorrente da baixa de ativos que se encontravam obsoletos e baixa dos tratos do ativo biológico, além da depreciação do período.

Intangível

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de março de 2021, o saldo do ativo intangível era de R\$305,5 milhões, em comparação com R\$278,3 milhões em 31 de março de 2020, o que representa um aumento de R\$27,1 milhões ou 10%. Este aumento é decorrente dos custos associados ao desenvolvimento das variedades ligadas aos projetos de melhoramento convencional e de transgenia.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo circulante era de R\$ 112,2 milhões, em comparação com R\$103,5 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 13% em 31 de março de 2021 e 13% em 31 de março de 2020. Este aumento, de R\$8,7 milhões ou 8%, decorreu principalmente devido a antecipação do pagamento do contrato de financiamento celebrado com o BNDES, e destinação do resultado e provisão para distribuição dos dividendos relativos ao exercício.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de março de 2021, os empréstimos e financiamentos eram de R\$ 29,4 milhões, em comparação com R\$ 50,1 milhões em 31 de março de 2020, o que representa uma redução de R\$ 20,7 milhões ou 41%. Esta redução é decorrente principalmente da quitação do saldo do contrato de financiamento celebrado com o BNDES, dos pagamentos do saldo do principal efetuados no período, bem como a baixa da FINEP com reconhecimento do crédito de subvenção em adição às amortizações contratuais do período.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 48,5 milhões, em comparação com R\$ 92,2 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 6% em 31 de março de 2021 e 12% em 31 de março de 2020. Esta redução de R\$ 43,8 milhões ou 47%, decorreu principalmente da reclassificação do empréstimo e financiamento para o curto prazo - circulante (reclassificação por prazo de 12 meses em decorrência da amortização das parcelas de curto prazo e diminuição das obrigações de arrendamento da Companhia).

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de março de 2021, os empréstimos e financiamentos no passivo não circulante eram de R\$ 22 milhões, em comparação com R\$ 66,6 milhões em 31 de março de 2020, o que representa uma redução de R\$ 44,6 milhões ou 67%. Esta redução é decorrente da reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante. As parcelas com vencimento inferior a 12 meses são reclassificadas para o circulante pela Companhia.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 689 milhões, em comparação com R\$ 595,9 milhões em 31 de março de 2020. Esta variação, de R\$ 93 milhões ou 16%, se refere principalmente ao lucro líquido apurado no período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de março de 2020, o ativo circulante era de R\$ 295,5 milhões, em comparação com R\$ 284,3 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 37% em 31 de março de 2020 e em 31 de março de 2019. Este aumento de R\$ 11,2 milhões ou 4%, decorreu do aumento do saldo de caixa advindo dos maiores saldos de caixa e equivalente de caixa advindos das aplicações financeiras do período e do maior faturamento.

Contas a receber

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de março de 2020, as contas a receber no ativo circulante eram de R\$ 22,2 milhões, em comparação com R\$ 27,9 milhões em 31 de março de 2019, o que representa uma redução de R\$ 5,7 milhões ou 20%. Esta redução é decorrente do aumento do índice de inadimplência (considerados para totalidade dos títulos de clientes vencidos acima de 180 dias), que passou de R\$ 32,2 milhões em 31 de março de 2019 para R\$ 45,9 milhões em 31 de março de 2020.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 496,2 milhões, em comparação com R\$ 494,3 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 63% em 31 de março de 2020 e em 31 de março de 2019. Este aumento de R\$1,9 milhões, reflete o *impairment* e depreciação da planta de etanol celulósico que foi compensada pela reclassificação do *leasing* de veículos para a conta de direito de uso de acordo com o IFRS 16/CPC 06 - Arrendamento, criando um ativo R\$ 27,6 milhões e do aumento do intangível devido a capitalização dos projetos de melhoramento genético convencional e biotecnologia em R\$ 29,1 milhões, além de outras movimentações de reclassificação para o circulante na conta de contas a receber de longo prazo para o curto prazo, que são as parcelas de 12 meses que são transferidas dos acordos efetuados pela Companhia e seus clientes que tiveram problema de crédito, além das parcelas da venda da planta de processamento de palha e aumento do ativo diferido atribuído substancialmente a baixa da planta de demonstração de Etanol Celulósico em R\$ 36,2 milhões, projeto que foi descontinuado pela Companhia devido a mudança de foco de seu planejamento estratégico ao *impairment* da planta.

Contas a receber

Em 31 de março de 2020, as contas a receber no ativo não circulante eram de R\$10,2 milhões, em comparação com R\$19,3 milhões em 31 de março de 2019, o que representa uma redução de R\$9,1 milhões ou 47%. Esta redução é decorrente do aumento de parcelas negociadas a curto prazo e aumento do índice de inadimplência (considerados para totalidade dos títulos de clientes vencidos acima de 180 dias), que passou de R\$ 32,2 milhões em 31 de março de 2019 para R\$45,9 milhões em 31 de março de 2020.

Imobilizado

Em 31 de março de 2020, o saldo do ativo imobilizado era de R\$75,3 milhões, em comparação com R\$123,3 milhões em 31 de março de 2019, o que representa uma redução de R\$48,0 milhões ou 39%. Esta redução é decorrente do *impairment* da planta de demonstração de Etanol Celulósico da Companhia. Este projeto começou a ser descontinuado em 2017 com a interrupção de algumas pesquisas e teve seu cancelamento efetivo em 2020 com a baixa do imobilizado – Planta de Demonstração de Etanol Celulósico.

Intangível

Em 31 de março de 2020, o saldo do ativo intangível era de R\$278,3 milhões, em comparação com R\$249,2 milhões em 31 de março de 2019, o que representa um aumento de R\$29,1 milhões ou 12%. Este aumento é decorrente do incremento nos projetos de biotecnologia em R\$18 milhões e nos projetos de melhoramento genético convencional em R\$ 14 milhões. Ainda, tivemos uma amortização de R\$3,8 milhões relativa a variedades que já originam receita e aos softwares.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2020, o passivo circulante era de R\$ 103,5 milhões, em comparação com R\$ 89,2 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 13% em 31 de março de 2020 e 11% em 31 de março de 2019. Este aumento de R\$ 14,3 milhões ou 16%, decorreu do incremento do saldo de fornecedores devido ao maior prazo de negociação e reclassificação de empréstimos de passivo circulante para passivo não circulante (amortização do principal).

Empréstimos e Financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de março de 2020, os empréstimos e financiamentos no passivo circulante eram de R\$50,0 milhões, em comparação com R\$46,2 milhões em 31 de março de 2019, o que representa um aumento de R\$3,9 milhões ou 8%. Este aumento é decorrente da reclassificação do saldo de não circulante de parcelas referente a pagamentos que terão seu vencimento em um prazo menor que 12 meses.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2020, o passivo não circulante era de R\$92,2 milhões, em comparação com R\$ 109,7 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 12% em 31 de março de 2020 e 14% em 31 de março de 2019. Esta redução de R\$17,5milhões decorreu principalmente pela reclassificação de parcelas de empréstimo e financiamento do não circulante para o circulante contemplando o prazo de 12 meses que fica alocado no passivo circulante.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de março de 2020, os empréstimos e financiamentos no passivo não circulante eram de R\$66,6 milhões, em comparação com R\$107,6 milhões em 31 de março de 2019, o que representa uma redução de R\$41,0 milhões ou 38%. Esta redução é decorrente da amortização de parcelas no período e da transferência de saldo do não circulante para o circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2020, o patrimônio líquido era de R\$595,9 milhões, em comparação com R\$579,6 milhões em 31 de março de 2019. Esta variação, de R\$16,3 milhões ou 3%, deu-se pela constituição de reserva de integralidade do Patrimônio Líquido com a finalidade assegurar recursos para atender as necessidades de caixa e/ou de balanço patrimonial da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	153.405	92.509	74.931
Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) nas atividades de investimento	-141.229	57.639	-139.371
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	-65.433	-37.343	58.792
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa equivalentes de caixa	570	1.535	-16
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-52.687	114.340	-5.664

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020***Caixa líquido proveniente das atividades operacionais***

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 153,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado com um caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$ 92,5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Esse aumento de R\$60,9 milhões, ou 66%, é justificado pelo aumento do lucro e compensações de prejuízos fiscais dentro do período, bem como o aumento de receitas a auferir para o período.

Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizados nas atividades de investimento totalizou R\$ 141,2 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a um caixa líquido proveniente das atividades de investimento de R\$ 57,6 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Essa variação de R\$ 198,9 milhões, ou -345%, é justificada pela aplicação de recursos antes classificados como caixa e equivalentes de caixa do saldo de R\$ 92,1 milhões originados pelo recebimento de *royalties* para aplicação financeira classificadas no ativo circulante e R\$ 54 milhões em investimento imobilizado e desenvolvimento de projetos.

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 65,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a um caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 37,3 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 28 milhões, ou 75%, deveu-se principalmente ao pagamento de arrendamentos de terras em que estão localizados os polos da Companhia e amortização pelo pagamento do saldo de empréstimo do financiamento do FINEP e BNDES da Companhia.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2019***Caixa líquido proveniente das atividades operacionais***

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$92,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, comparado com um caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$ 74,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019. Esse aumento de R\$17,5 milhões, ou 23%, decorreu substancialmente das compensações de impostos resultantes do prejuízo fiscal pela baixa da planta de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

etanol de segunda geração (E2G), sem efeito caixa, como aumento da depreciação e amortização e despesa com redução ao valor recuperável (*impairment*). Tais efeitos foram parcialmente compensados com o aumento no desembolso de impostos federais, devido ao aumento do lucro tributável.

Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) nas atividades de investimento

O caixa líquido proveniente das nas atividades de investimento totalizou R\$57,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, comparado a um caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R\$ 139,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019. Esse aumento de R\$197 milhões é justificado pela destinação de R\$ 178,6 milhões para aplicação financeira de curto prazo, além de diminuição de adição em intangível em R\$ 12,4 milhões.

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$37,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, comparado a um caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$ 58,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019. Essa redução de R\$96,1 milhões, é justificada pela integralização do aporte de capital do BNDESPar em dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(a) Resultados das operações do emissor****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- ✓ Receitas de *royalties* – terceiros
- ✓ Receitas de *royalties*
- ✓ Partes relacionadas outras
- ✓ Receita de Cana Moagem – cana-de-açúcar dos polos de pesquisa que podem ser destinadas a venda para moagem;

A Companhia classifica seus produtos conforme descrito abaixo. Adicionalmente, na tabela abaixo, informamos a participação na receita oriundo de cada um destes:

- ✓ Variedades Convencionais – CTC 1 a 26;
- ✓ Variedades Premium (Elites) – CTC Serie 9000 – CTC 9001 a CTC 9007 (9001, 9002, 9003, 9004M, 9005HP, 9006 e 9007); e
- ✓ Variedades Geneticamente Modificadas – 9001 Bt e CTC 20 Bt.

Variedades Safra 20/21 (faturado até 31 de março de 2021)	Fim da Proteção/ + 1 ano faturável	Área faturável para a safra 2020/2021 (HA)	Preço Médio (R\$/HA)
CTC20	20/10/2025	69.420	179
CTC2	22/07/2020	72.547	179
CTC15	10/02/2024	79.603	179
CTC4	22/07/2020	749.340	179
CTC9001	01/04/2028	285.866	281
CTC9002	01/04/2028	87.680	281
CTC9003	25/01/2028	117.437	281
CTC9004M	18/02/2031	41.862	281
CTC9005HP	18/02/2031	41.032	335
CTC9001Bt	dez/38	1.206	706
CTC20Bt	jun/32	4.811	510
Área das Principais Variedades		1.550.804	281

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Área Total Faturada	1.705.813
Percentual das Principais Variedades	90,91%

Deduções das Receitas Impostos Incidentes: PIS e COFINS sobre *royalties* de licenciamento de tecnologia. Contabilização / Reconhecimento da Receita: Os *royalties* devem ser apropriados ao resultado de acordo com os termos do contrato e devem ser usualmente reconhecidos nessa base. O contrato de licenciamento da Companhia dá direito ao uso da variedade plantada em cada ano safra, por isso há a linearização da receita em 12 meses. Assim, todo ano a receita será corrigida via contrato pelo indexador IPCA (a partir da safra 21/22, anteriormente era aplicado o IGP-M) e pelo censo informado pelo cliente, revisado e validado pela Companhia. A cada novo censo a receita é linearizada (por 12 meses- no ano societário safra) de acordo com a informação recebida dos clientes.

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 foi advinda de operações de licenciamento de tecnologia, principalmente de variedades de cana.

Em aderência às normas brasileiras e internacionais de contabilidade, a Companhia não reconhece a receita de clientes cujo recebimento não é esperado (IFRS 15 / CPC 47), mas o faturamento é devido por força contratual. Clientes cujo faturamento é reconhecido e o *default* ocorre durante a safra, têm sua perda contabilizada como provisão para perda de devedores duvidosos.

Em 31 de março de 2021, o valor não reconhecido de receita de clientes era de R\$10,8 milhões, ou 3 % do faturamento de *royalties*. Em 31 de março de 2020, o valor não reconhecido de receita de clientes era de R\$ 8,1 milhões, ou 3% do faturamento de *royalties*. Em 31 de março de 2019, o valor não reconhecido de receita de clientes era de R\$ 9,1 milhões, ou 5% do faturamento de *royalties*. A contrapartida do não reconhecimento de receita e da provisão para perda de devedores duvidosos são contabilizados na rubrica no contas a receber.

Não houve fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos componentes importantes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nos itens 10.2(b) e 10.2(c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de condições macroeconômicas, em que os principais fatores são: preços dos insumos (atrelados ao dólar) utilizados, taxas de câmbio, inflação, taxa de juros e sazonalidade por conta de uma estiagem ou excesso de chuva que possa adiar ou dificultar o plantio em determinadas épocas do ano, em relação aos nossos clientes.

A Administração baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "*Royalties*", provenientes de variedades de cana-de açúcar até 31 de março de 2021, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

O crescimento da receita dá-se tanto pela crescente adoção das variedades CTC pelo mercado, ou seja, aumento do *market share*, quanto pela maior participação de produtos de maior valor agregado no mix e aplicação de índice de correção inflacionária.. As receitas operacionais relacionadas a *Royalties* de Variedades de Melhoramento Varietal da Companhia são indexadas ao IPCA a partir da safra 21/22.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O quadro a seguir demonstra a origem das receitas relevantes da Companhia nos últimos três anos por tipo de produto final:

R\$ mil	Exercício encerrado em		
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Receitas de <i>Royalties</i> de Material Genético	358.127	262.445	200.678
Outras receitas operacionais	14.281	7.760	5.801
Impostos	(34.455)	(25.404)	(19.748)
Total	337.953	244.801	186.731

A principal variação deu-se nas receitas de *royalties* de variedade no segmento de Melhoramento Genético, o que caracteriza o aumento da adoção das variedades licenciadas pela Companhia. Os impostos incidentes acompanham esta receita e são formados basicamente pelo PIS e COFINS.

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 está sendo revisada tempestivamente, o que pode causar a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável principalmente para recebíveis. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. As seguintes principais medidas foram tomadas:

- ✓ Renegociações dos contratos com os fornecedores da Companhia, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos do Grupo, considerando o cenário atual do surto.
- ✓ Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo, tais como suspensão de novas contratações, já retomadas.
- ✓ Negociação das condições dos pagamentos com os fornecedores do Grupo e, para mitigar eventuais riscos de liquidez.
- ✓ Postergação de pagamento de impostos como PIS/COFINS, INSS e FGTS, conforme legislação vigente, já retomados.
- ✓ Recomendação para todos os colaboradores e contratados trabalharem remotamente. Reduzimos o efetivo das atividades de suporte, com exceção da segurança patrimonial;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- ✓ Campanhas intensas de comunicação e orientação sobre o COVID-19 destinada à prevenção de todos os colaboradores;
- ✓ Proibição de todas as viagens nacionais e internacionais a trabalho, por tempo indeterminado, sendo reavaliada a necessidade caso a caso;
- ✓ Encontros internos e presenciais devem ser evitados, além de estar proibida a participação em eventos corporativos dentro e fora da Companhia; e
- ✓ Proibição da entrada de terceiros às dependências da Companhia e construção de agendas de visitas com os clientes onde atua para verificar como disponibilizar os produtos do seu portfólio.

Não obstante neste momento, nem a Companhia nem sua administração conseguem prever ou estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva.

A Companhia vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando decisões elegendo como prioridades: (i) a saúde e segurança de seus colaboradores, (ii) a continuidade da operação; e (iii) a manutenção dos empregos de seus colaboradores.

Além disto, até 31 de março de 2021, os principais impactos oriundos da pandemia de COVID-19 foram de aproximadamente R\$ 2,4 milhões relacionados a: vacinação contra a gripe, limpeza predial, equipamentos de proteção específicos para todos os colaboradores, álcool em gel, além de termos disponibilizado assistência psicológica, palestras sobre os cuidados no cenário de pandemia solucionando as principais dúvidas, entre outras medidas.

A Companhia, também, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas demonstrações financeiras. A seguir estão as principais análises realizadas:

- ✓ Impactos fiscais – postergação de impostos federais e previdenciários;
- ✓ IFRS 15/ CPC 47 - Inadimplência de Clientes, possíveis negociações.

A administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de março de 2021. A Companhia e sua controlada continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Para maiores informações acerca dos impactos causados nas operações da Companhia pelo COVID-19, bem como as medidas por ela tomadas, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O crescimento da receita no decorrer dos três últimos exercícios foi impulsionado pela ampliação de *market share*, mix de variedades e preço médio dos *royalties* de variedades.

A crescente variação na receita de *royalties* da Companhia no período em questão deu-se devido ao aumento do *market share* de suas variedades licenciadas e a correção de seus contratos pelo índice IGP-M (a partir da safra 21/22 serão corrigidos pelo IPCA) e Mix de produtos acordados. A receita líquida no exercício social encerrado

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

em 31 de março de 2021 foi de R\$ 337.953 mil, em 31 de março de 2020 foi de R\$ 244.801 mil e em 31 de março de 2019 foi de R\$186.731 mil, representando aumentos de 38% entre 2021 e 2020 e 31% entre 2020 e 2019.

O IGP-M é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência. Quando foi concebido, esse índice teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixados acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica. Abaixo, demostramos o desempenho dos índices IGP-M e IPCA calculados pela Fundação Getúlio Vargas nos períodos de 12 meses encerrados em

	IGP-M	IPCA
31/03/2021	31,10%	6,09%
31/03/2020	6,818%	3,30%
31/03/2019	8,279%	8,27%

A partir de março de 2021, os contratos passaram a ser corrigidos pelo IPCA.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O Resultado Operacional da Companhia não foi afetado por variações relevantes de preços de insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Considerando que a atividade da Companhia é voltada para pesquisa e desenvolvimento, tais fatores têm pouca influência sobre o resultado operacional. A inflação medida pelo IPCA é, no entanto, a partir da safra 21/22, referência para a correção do preço de *royalties* cobrado pelo CTC.

A diminuição dos Custos de P&D, produtos vendidos e serviços prestados, quando comparado o exercício social encerrado em 31 de março de 2021 com o encerrado em 31 de março de 2020, ocorreu devido a otimização dos processos relacionados ao P&D. Para as despesas administrativas, os maiores dispêndios foram ocasionados pela adequação da Companhia aos padrões de *compliance* e governança corporativa e reestruturação interna das áreas de Recursos Humanos, Financeira e Planejamento Estratégico, demandados de uma empresa de capital aberto categoria A, que tem sido adotada desde 2019.

A diminuição dos Custos de P&D, produtos vendidos e serviços prestados, quando comparado o exercício social encerrado em 31 de março de 2020 com o exercício social encerrado em 31 de março de 2019, ocorreu devido ao ano de 2019 ter sido impactado pela Provisão de *Impairment* de parte do Projeto de Etanol Celulósico da Companhia. Para as despesas administrativas, os maiores dispêndios foram ocasionados pela adequação da Companhia aos padrões de *compliance* e governança corporativa e reestruturação interna das áreas de Recursos Humanos, Financeira e Planejamento Estratégico, demandados de uma companhia de capital aberto categoria A.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve operações ou eventos não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 15 (CPC 47)

A IFRS 15 (CPC 47) – Receita de contratos com clientes introduz uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto é reconhecida a receita. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 - *Revenue* (CPC 30 - Receitas), IAS 11 - *Construction Contracts* (CPC 17 - Contratos de Construção) e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais, a Companhia não identificou impactos relevantes no reconhecimento de suas receitas. O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de abril de 2018. Consequentemente, a informação de 31 de março de 2018 não foi reapresentada – isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente sob o CPC 30 / IAS 18, o CPC 17/ IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

IFRS 9 (CPC 48)

A IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros retém em grande parte os requerimentos existentes na IAS 39 (CPC 38) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, a referida norma elimina as antigas categorias da IAS 39 (CPC 38) para ativos financeiros: (i) mantidos até o vencimento, (ii) empréstimos e recebíveis e (iii) disponíveis para venda.

A IFRS 9 (CPC 48) estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pela IFRS 9 (CPC 48), a Companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

IFRS 16 (CPC 06 (R2))

O IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

Os detalhes das novas práticas contábeis das novas normas estão detalhados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de março de 2021, 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Efeitos de transição do IFRS 16 (CPC 06 (R2))

A Companhia aplicou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes e não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para março de 2019 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de abril de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, aluguéis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de abril de 2019. A taxa média nominal aplicada foi de 4,95% a depender dos prazos dos contratos, para fins de demonstração conforme requerimento do ofício circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, se aplicar a taxa de juros real TLP acumulada de 5,09% o efeito no resultado a longo prazo seria de R\$ 149 mil.

Impacto na adoção

	Consolidado		
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial CPC 06 (R2)/IFRS 16	Saldo após Adoção Inicial
	01/04/2019		01/04/2019
Ativo			
Circulante	283.778	-	283.778
Total do ativo circulante	283.778	-	283.778
Não circulante	121.753	-	121.753
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.648	-	41.648
Direito de uso - arrendamento	-	26.529	26.529
Demais ativos	492.707	-	492.707
Total do ativo não circulante	614.460	26.529	640.989
Total do ativo	898.238	26.529	924.767
Passivo			
Circulante	87.146	3.669	90.815

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Total do passivo circulante	87.146	3.669	90.815
Não circulante	109.718	22.860	132.578
Total do passivo não circulante	109.718	22.860	132.578
Patrimônio líquido	<u>579.621</u>	<u>-</u>	<u>579.621</u>
 Total do Passivo e Patrimônio líquido	 <u>776.485</u>	 <u>26.529</u>	 <u>803.014</u>

Efeitos de transição do CPC 48 / IFRS 9

Não houve impactos para a Companhia com relação a adoção do IFRS 9 (CPC 48), portanto, a Companhia não considerou que os novos requerimentos de classificação fossem aplicados.

Efeitos de transição do CPC 47 / IFRS 15

A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC 47) em 1º de abril de 2018, em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2019 e em uma abordagem retrospectiva tendo havido impactos no montante de R\$ 7,9 milhões registrados na rubrica de receitas operacionais, bem como se algum expediente prático foi aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras, conforme abaixo demonstrado:

a. Venda de produtos

A Companhia reconhece as receitas apenas quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. Dessa forma, não identificamos ajustes materiais no reconhecimento da receita para essa modalidade de venda, contudo, certos contratos com clientes possuem compromissos que a Companhia reconheceu como ativo uma vez que espera recuperar esses custos, de acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Assim, não ocorreram alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimento das receitas com a adoção da referida nova norma contábil.

b. Venda/ Licenciamentode *royalties*

A Companhia reconhece as receitas com *royalties* sobre as variedades de cana-de-açúcar, utilizando-se do método linear, tendo como base o plantio multiplicado pelo valor definido em contrato firmado entre as partes. O faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra, caso o faturamento seja reconhecido, e por algum motivo a administração entenda que há alguma incerteza quanto aos benefícios econômicos advindos do mesmo, é feita revisão quanto a esse reconhecimento e faturamento, o impacto da adoção inicial como resultado da incerteza dos benefícios econômicos futuros foi no montante de R\$ 7,9 milhões de redução de faturamento da Companhia.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Administração informou que não houve qualquer ressalva ou ênfase de nossos auditores com relação às Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de março de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Consideramos uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da administração da Companhia. Para um resumo de todas as práticas contábeis da Companhia, vide nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras do CTC.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para a tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita ou períodos futuros.

Apesar da Administração acreditar que essas estimativas e declarações sobre operações futuras se baseiem em suposições razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas considerando as informações atualmente disponíveis para nós. As estimativas e declarações sobre operações futuras podem ser influenciadas pelos seguintes fatores, entre outros: (1) condições econômicas gerais, políticas, demográficas e comerciais no Brasil e especificamente nos mercados geográficos que servimos; (2) inflação, depreciação e desvalorização do real; (3) desenvolvimentos competitivos nos setores de etanol e açúcar; (4) nossa habilidade de implementar nosso plano de investimento de capital, incluindo nossa habilidade de obter financiamento quando necessário e em termos razoáveis; (5) nossa habilidade de concorrer e conduzir nossos negócios no futuro; (6) alterações na demanda dos consumidores; (7) alterações em nossos negócios; (8) intervenções do governo resultantes em alterações na economia, impostos, taxas ou ambiente regulamentar; e (9) outros fatores que vierem a afetar nossa situação financeira, liquidez e resultados operacionais.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Administração entende que as seguintes políticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticos e que, portanto, são importantes para o entendimento dos resultados da Companhia:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber)

A Companhia possuía saldos a receber de vendas efetuadas, sendo que a estimativa de perda sobre essa carteira foi efetuada de acordo com a análise individual de cada cliente. Foi considerado o comportamento das carteiras nos últimos meses e realizado atualização a cada fechamento contábil.

Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível)

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento foram capitalizados considerando que custos de desenvolvimento pudessem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluíram o custo de materiais, mão de obra direta, e custos de fabricação que foram diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento foram reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, como imobilizado e ativo intangível, são revisados, no mínimo, anualmente, sendo avaliado se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. A Companhia tem como

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

procedimento a revisão de todos os ativos mencionados anualmente. Se existir algum indicativo nesse sentido, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios, ou sempre que existir indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação das cultivares adicionadas ao ativo intangível com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

Ativo fiscal diferido

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Administração esclarece que no último exercício social, não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Administração esclarece que no último exercício social, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Administração esclarece que no último exercício social, não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras Companhia.

(iv) Contratos de construção não terminada

A Administração esclarece que no último exercício social, não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Administração esclarece que no último exercício social, não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Administração esclarece que no último exercício social, não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

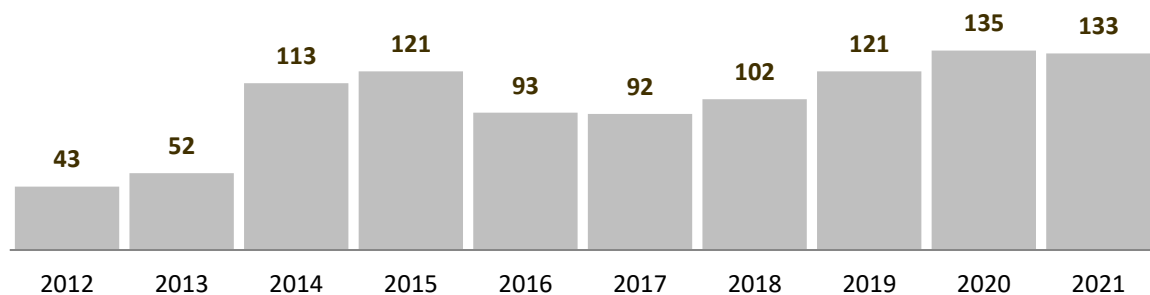
(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os diretores informam que no exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2022, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento que podem afetar a rubrica de intangível e Custo de Pesquisa e Desenvolvimento serão de aproximadamente R\$ 133 milhões. Os projetos contemplados com estes dispêndios serão o melhoramento genético convencional, biotecnologia, sementes artificiais e edição genômica.

Da safra 11/12 até a safra de 20/21, foram investidos em Pesquisa e Desenvolvimento (Intangível, Imobilizado e Custo de Pesquisa e Desenvolvimento) o montante aproximado de R\$ 1.005 milhões.

Investimentos em P&D



Para a rubrica de imobilizado, os diretores informaram que na safra 2021/2022 os investimentos se concentrarão na aquisição de equipamentos e unidade industrial para o projeto de sementes sintéticas, laboratórios de biotecnologia (celular, biologia da planta, entomologia, edição genômica e outros), laboratório de ciências regulatórias para expansão dos experimentos, melhoria nos laboratórios de melhoramento genético convencional, entre outros. Tais investimentos serão da ordem de aproximadamente R\$ 19 milhões. Além do investimento em imobilizado em P&D a Companhia possui outros projetos relacionados a Tecnologia da Informação e Infraestrutura de polos e área comercial na ordem de R\$ 26 milhões.

Além do mencionado acima, os investimentos previstos pela Companhia para a safra 2021/2022 envolvem: (i) aproximadamente R\$ 76 milhões destinados à projetos e construção da planta de demonstração: para avançar na produção de sementes sintéticas, a Companhia pretende desenvolver e adaptar os equipamentos para a produção das mesmas; (ii) aproximadamente R\$ 56 milhões destinados à investimentos em seleção genômica: investimento em laboratórios, equipamentos e serviços para utilização da tecnologia de seleção genômica; e (iii) aproximadamente R\$ 30 milhões destinados à identificação de novos negócios: identificação e desenvolvimento de novos genes para biotecnologia (GM) e utilização de novas ferramentas para monitoramento do market share (ferramentas de aferição). A integralidade do valor captado com a Oferta primária será utilizada para financiar tal plano de investimentos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os diretores informaram que os investimentos, em quase sua totalidade, foram e serão financiados por meio de recursos das agências de financiamento, tais como FINEP, além de por recursos próprios obtidos pela geração operacional de caixa e por aporte dos acionistas no aumento de capital.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos da COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento para financiar eventuais investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, não existia desinvestimentos em andamento ou previsão de desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não existia previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Os diretores informaram que os novos produtos em andamento de maior relevância foram os relacionados à transgenia e sementes artificiais, que constam no item 7 deste formulário de referência.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Os diretores informaram que os montantes envolvidos no desenvolvimento de novos produtos em andamento no exercício social corrente correspondem à aproximadamente R\$ 112 milhões, entre despesas e investimentos (intangível e custo dos projetos).

O CTC é uma empresa de biotecnologia – um dos mais renomados centros de tecnologia aplicada à cana-de-açúcar do mundo - e, portanto, suas atividades se baseiam na pesquisa e desenvolvimento, atividade para a qual são basicamente destinados seus investimentos. Para desenvolver seus produtos, a Companhia conta com equipe altamente especializada e capacitada em melhoramento genético e biotecnologia.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item “c.i.” acima.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item “c.ii.” acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da COVID-19 em nossas atividades

Em um cenário com tantos desafios, também temos muito do que nos orgulhar neste exercício. Trabalhamos para manter a Companhia funcionando com sucesso apesar desta grande crise sanitária, e continuamos a fornecer aos nossos clientes o mesmo nível de produtos e serviços. Simultaneamente, todos os cuidados estão sendo tomados com o intuito de minimizar o risco de infecções pelo coronavírus na empresa, preservando a saúde e o de o bem-estar de nossos colaboradores.

A Companhia continua adotando a mesma estratégia de otimização dos laboratórios, do administrativos e dos processos envolvidos, trabalhando em escalas / rodízios, sempre priorizando a saúde e o bem-estar dos colaboradores.

Diante desse cenário desafiador, a Companhia continua engajado com a prevenção e o bem-estar de seus stakeholders. Considerando todas as ações tomadas, até a data de 31 de março de 2021 foram gastos aproximadamente R\$2,4 milhões com medidas de prevenção e manutenção das condições de trabalho ideais.

Prevemos que o COVID-19 possa impactar minimamente nossos negócios ao longo de 2020/21, com algum impacto na área de plantio devido a diminuição da reforma das áreas nas usinas para contenção de despesas devido a pandemia, que poderá vir a ser compensada pelo uso de nossas variedades mais novas (Premium e Geneticamente Modificada). Contudo, ainda não é possível avaliar com segurança eventuais efeitos positivos e negativos que ocorrerão durante o ano.